



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

ALOCUÇÃO
DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO E
MINISTRO DA DEFESA E DA SEGURANÇA
KAY RALA XANANA GUSMÃO
POR OCASIÃO DA XI REUNIÃO DOS MINISTROS DA
DEFESA DA CPLP

26 a 28 de Maio de 2009

Luanda

Suas Excelências Senhores Ministros e Vice-Ministros da Defesa da CPLP

Sua Excelência Senhor Secretário Executivo da CPLP

Suas Excelências Membros do Governo de Angola

Distintos Senhores Membros das Delegações

Senhoras e Senhores,

Há precisamente um ano, conforme tive oportunidade de o afirmar já, estivemos juntos em Díli, no decorrer da X Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP.

O meu País atravessava, então, um período delicado, na sequência dos atentados perpetrados, escassos três meses antes, contra a vida de Sua Excelência o Presidente da República e de mim próprio, cujas consequências resultaram em terem deixado o mais alto dignitário da Nação às portas da morte e impossibilitado de exercer o seu mandato durante vários meses.

O meu Governo, desde que tomou posse em Agosto de 2007, herdou uma série de problemas complexos e difíceis de gerir, parte dos quais Vossas Excelências, no ano passado, puderam observar “*in loco*” em Díli.

A começar pelos campos de deslocados, tornados locais de refúgio para milhares de timorenses, que fugiram das suas casas e dos bairros onde residiam durante a crise de 2006, período em que os alicerces do Estado foram postos à prova e dezenas de timorenses perderam a vida, sem qualquer razão plausível.

No último ano, fruto de uma política de justa indemnização por perda de bens e de uma campanha de sensibilização junto das localidades de proveniência desses deslocados, no sentido de se permitir a sua reinserção e o bom acolhimento por parte das populações locais, conseguimos resolver, praticamente na totalidade, este problema de carácter humanitário.

Outro grave problema que condicionava o normal funcionamento das Instituições do Estado, do qual Vossas Excelências, certamente, se aperceberam no ano transacto, dizia respeito ao grupo armado que teimava em desafiar o poder legitimamente estabelecido.

O mesmo que desencadeou os atentados a que me referi anteriormente e que, apesar da morte, no decorrer dos mesmos, do seu principal cabecilha, mantinha-se em actividade, constituindo-se num factor de instabilidade e impeditivo da normalização das actividades dos sectores público e privado, indispensáveis para o desenvolvimento do País.

Tivemos que unir esforços para enfrentar aquela ameaça à soberania e integridade do Estado, empenhando conjuntamente e em estrita coordenação e cooperação as Forças Armadas e as Forças Polícias.

Foi criado para o efeito um Comando Conjunto, integrado pelas duas Forças de Defesa e Segurança, responsável pelo planeamento das operações e pela coordenação das forças no terreno.

Esta acção agrupada das Forças de Timor-Leste permitiu a rápida captura de todos os rebeldes, ou antes a sua entrega voluntária, e a apreensão do armamento que utilizavam, sem ter sido necessário disparar um único tiro.

O outro factor de desestabilização interna herdada e a qual felizmente conseguimos solucionar, estava relacionado com a questão dos chamados peticionários. Tratava-se de um grupo de antigos militares que acabaram por constituir quase metade dos efectivos das F-FDTL e que abandonaram as suas fileiras, em conflito com a hierarquia.

Além da natural destabilização interna e sentimento de insegurança generalizada na população, estes acontecimentos deixaram ainda as Forças Armadas numa situação complicada, desprovida de meios humanos suficientes para o cumprimento das missões que lhe estão atribuídas.

Resolvemos, primeiro, o problema dos peticionários, condição indispensável para o regresso da estabilidade à Instituição Militar, apostando no retorno daqueles à vida civil e à sua reinserção social.

Assim, as Forças Armadas recuperaram a tranquilidade necessária para se dar início ao processo de reestruturação e profissionalização das mesmas, no âmbito de uma reforma abrangente do Sector da Defesa e da Segurança.

Estas reformas associadas a medidas de justiça social, iniciando o pagamento de pensões aos nossos antigos combatentes, a idosos, viúvas e órfãos que se sacrificaram para a conquista da nossa Independência, permitiram restabelecer a segurança e a estabilidade nacional.

Passados 10 anos sobre a corajosa tomada de decisão do nosso Povo que, a 30 de Agosto, com um prego na mão, registou o seu voto a favor da Independência Nacional, renunciando a toda e qualquer submissão e ocupação estrangeira, marcamos agora um novo marco na nossa história, vivendo um clima de Paz e Segurança que nos permitem investir no nosso crescimento e desenvolvimento económico.

Senhoras e senhores,

No sentido de restabelecer o número de efectivos das F-FDTL que ficou demasiado reduzido, demos andamento a um processo de recrutamento destinado a prover os quadros de oficiais, sargentos e praças, num total de 600 vagas, processo este que será faseado até cumprir o objectivo de 3.000 efectivos em 2020.

Contámos, para o efeito, com a indispensável cooperação do Exército Português, que se responsabilizou por todo o processo de selecção e classificação dos mais de 1.800 candidatos que concorreram, tendo enviado para Timor-Leste uma equipa de médicos, psicólogos e pessoal técnico.

Temos ainda a agradecer a Portugal, nesta fase de Instrução Militar, a prontificação para dar formação militar aos novos recrutas, através da disponibilização de 6 oficiais e sargentos, que serão responsáveis pela formação e respectiva coordenação.

Senhor Ministro da Defesa Nacional de Portugal: a cooperação com as Forças Armadas Portuguesas tem sido fundamental para o desenvolvimento do nosso sector da Defesa, quer com a colocação de assessores no apoio à Estrutura Superior da Defesa das F-FDTL, quer na disponibilização de vagas nos seus Estabelecimentos de Ensino Militar em Portugal, quer na construção do futuro Centro de Língua Portuguesa no Centro de Instrução de Metinaro, já acordado entre os dois Governos.

Com o Brasil também temos tido a felicidade de trabalhar conjuntamente, desde há quase uma década, tanto no âmbito de missões de carácter multilateral, como em cooperação bilateral.

Saliento a participação do Brasil na criação da Polícia Militar das F-FD'TL, de cuja formação foram responsáveis, através de uma equipa do Exército Brasileiro que, para o efeito, se deslocou a Timor-Leste.

As Forças Armadas do Brasil encarregaram-se igualmente de elaborarem o Código de Justiça Militar e o Código Processual Militar, cuja tarefa se encontra ainda em fase de execução, não podendo deixar também de expressar os meus agradecimentos, não só no âmbito militar mas também em todas as outras áreas onde têm intervindo, principalmente na reintrodução da língua portuguesa.

Timor-Leste pretende estreitar os laços de cooperação bilateral, na área da Defesa, também com os outros países da CPLP. Sabemos que podemos partilhar experiência e conhecimentos e, toda essa riqueza acumulada será, para todos, benéfica.

Aproveitando a participação nesta reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, tive o privilégio de ser recebido pelos mais altos dignitários angolanos, iniciando uma nova fase de cooperação entre Timor-Leste e Angola que demonstrou uma disponibilidade extraordinária para cooperar com Timor-Leste no nosso desígnio de desenvolvimento nacional e inclusivamente nas matérias que respeitam às áreas da defesa e da segurança.

Excelências

Senhoras e Senhores,

Timor-Leste partilha as mesmas preocupações tidas em consideração no decorrer da Conferência dos Serviços de Inteligência e Segurança de África (CISSA) onde foram traçadas estratégias comuns para fazer face aos desafios do continente africano.

A conjugação de esforços entre Estados que comungam de um capital simbólico comum e que apesar da inexistência de continuidade territorial, têm vindo a afirmar de forma cada vez

mais intensa e inovadora um emblema de união, é um importante instrumento para a projecção de interesses comuns de combate aos crimes transnacionais.

Timor-Leste faz parte de um arquipélago que por si só constitui-se como uma fragilidade. Possuímos fronteiras terrestres e marítimas que nos tornam vulneráveis às ameaças do mundo moderno: a pirataria, o terrorismo, a criminalidade organizada como é o tráfico de droga, de pessoas, órgãos, armas e contrabando, aconselham a uma maior partilha de informação e conhecimentos.

Estamos situados entre duas grandes potências regionais, a Indonésia e a Austrália, não estando imunes aos actos de terrorismo que têm sido praticados na Indonésia, e mesmo a própria Austrália, que na complexa teia de relações internacionais, não está isenta destas ameaças.

Daí que, é crucial desenvolver mecanismos de concertação política, económica e diplomática com outras Nações, para responder às novas exigências da globalização das ameaças de carácter transnacional.

Neste sentido, temos percorrido, com passos firmes, o caminho para a integração na ASEAN, prevista para 2012. Neste momento, somos já observadores no Fórum Asiático Regional (RAF), assumindo a estratégia de maior cooperação de cariz económico, político e de segurança, com países que nos trazem a mais-valia de *know-how*, como é o caso dos Estados Unidos da América, também país observador e o mais importante promotor deste Fórum.

Por coincidência, o meu Secretário de Estado da Defesa está neste momento a participar na reunião anual da RAF - denominada Shangri-Lah - em Singapura.

Apesar da aposta na ASEAN, mantemos excelentes relações de cooperação na área da defesa com a Austrália, potência dominante e indispensável para o garante da estabilidade na zona do pacífico.

O futuro de Timor-Leste depende da definição de políticas externas que possam ultrapassar a instabilidade recorrente que marcou a história e a geografia nos últimos 100 anos. Ao

mesmo tempo que é essencial garantir a estabilidade interna, é necessário dar resposta aos condicionamentos externos da sua posição internacional, localizada entre a Ásia Oriental e o Pacífico.

Os tempos que correm esbatem as fronteiras individuais e regionais e transforma problemas internos em problemas comuns a todos os países. Vivemos tempos difíceis, na sequência da crise económica e financeira, alimentar e energética, mas também decorrente das alterações climáticas, cujos impactos para os países mais pobres e vulneráveis, como é o caso de Timor-Leste, são ainda imprevisíveis.

Não podemos ainda descurar a ocorrência de graves epidemias de carácter regional como o HIV, a febre aftosa, a malária, a gripe das aves e agora a nova gripe A. Todos estes elementos exigem uma actuação mais coordenada e nós, enquanto CPLP, podemos adoptar medidas sanitárias preventivas e de pesquisa, de apoio ao combate às doenças.

Senhoras e senhores,

A segurança dos corredores marítimos são uma prioridade e este é um Fórum que nos permite, em conjunto, reflectir sobre esta questão. Particularmente em Timor-Leste, temos a vindo a ser vítimas de pesca ilegal, e de destruição da nossa fauna marítima e dos nossos preciosos corais.

Por outro lado, tendo em conta a riqueza que está no leito do mar de Timor, alvo de cobiça alheia, há medidas que não podemos adiar, porque não se trata de uma escolha mas sim de uma necessidade.

O Governo adquiriu recentemente dois Navios da Classe Shangai à China, que tem de sido motivo de preocupação para alguns dos nossos parceiros de desenvolvimento. A China ofereceu, sem dúvida, as melhores condições, incluindo a formação contínua quer na fase de construção dos navios quer na preparação para a formação dos nossos jovens marinheiros.

A nossa principal prioridade é agora preparar a Base Naval de Hera para receber os novos Navios, tarefa para a qual contamos, naturalmente, com o inestimável trabalho dos marinheiros portugueses ali colocados.

O desenvolvimento da nossa Componente Naval é uma prioridade estratégica e dada a insipiência dos nossos recursos humanos, sabemos que sozinhos dificilmente conseguiremos atingir esse patamar, razão pela qual apelamos à boa vontade dos nossos irmãos mais velhos, que falam também a nossa língua.

Poderemos estudar programas de cooperação bilateral em áreas em que estejamos mais deficitários e talvez possamos encontrar professores que nos ensinem, sem segundas intenções, apenas pelo desejo genuíno de estreitar as relações fraternais entre diferentes povos, incluindo aqui também a nossa intenção de viabilizar uma Academia Militar e o Instituto de Defesa Nacional.

Caros amigos,

As ameaças externas e internas que um Estado enfrenta confundem-se e torna-se complexo definir com clareza se numa determinada ameaça devem ser equacionados os mecanismos previstos na Defesa Nacional ou, pelo contrário, se estamos perante um caso exclusivamente do âmbito da Segurança Interna.

Um combate efectivo contra estas novas ameaças implica, necessariamente, uma conjugação de esforços entre as forças responsáveis pelo garante da defesa nacional e aquelas que estão incumbidas de acautelar a segurança interna.

Assim sendo, é hoje um imperativo para os Estados criarem mecanismos de cooperação e coordenação entre as forças de defesa e as de segurança, devendo ambas estarem aptas a desenvolver missões de natureza habitualmente reservadas à outra.

Foi procurando responder a esta nova realidade, às ameaças não convencionais, e às próprias circunstâncias e história das Forças Armadas e da Polícia do nosso País, que este Governo tomou a decisão, certamente inovadora na região do mundo em que nos inserimos, de concentrar num único Ministério as áreas da Defesa Nacional e da Segurança Interna.

E é precisamente à luz de um novo conceito de Segurança Nacional em que estamos a trabalhar. A fronteira entre a defesa nacional e a segurança interna tende a esbater-se,

desenvolvendo-se agora essas actividades em complementaridade, em que uma não pode ser dissociada da outra.

Estamos a dispor postos de polícia na fronteira e a reformar a nossa polícia, caracterizando-a numa estrutura assente em três principais vertentes: cadeia de comando, hierarquia e disciplina.

Foi exactamente para acautelar esta nova filosofia da defesa da soberania nacional, da integridade do Estado e da segurança das populações, que entendemos proceder à elaboração de uma Lei de Segurança Nacional, e conformidade com esta Lei, e dela hierarquicamente dependendo, elaborámos uma Lei de Defesa Nacional e revimos a Lei de Segurança Interna.

A nossa visão e percepção em termos de defesa e segurança, é o único caminho para a estabilidade do país e só assim conseguiremos cumprir o objectivo de criação de emprego no nosso país.

É também por isso, que estou neste momento a liderar uma Unidade de Planeamento Estratégico que tem como pano de fundo a construção de infra-estruturas básicas, para desenvolver os sectores produtivos, resgatando a nossa Nação da dependência do sector petrolífero.

A Segurança e o Desenvolvimento económico estão, assim, intimamente interligados e investir na segurança, é investir no Futuro.

Caros amigos,

Existe já da nossa parte uma previsão de instabilidade que poderá surgir da outra parte da ilha de Timor e das ilhas circundantes e por isso estamos a estudar uma política de preferência de trabalhadores estrangeiros, vindos destas mesmas ilhas vizinhas, que ao longo do tempo poderão ser melhor aliados na segurança do nosso país.

Estamos ainda a preparar um sistema de “passes de fronteira” e tornar a nossa ilha de Ataúro numa zona económica livre para as ilhas mais a norte, que embora pertencentes à

Indonésia são na sua maioria cristãs, numa perspectiva de equilíbrio económico mas também como frente avançada no combate ao terrorismo, ao tráfico de droga, tráfico humano, de armas e outras ameaças não convencionais.

Senhoras e senhores,

Estamos conscientes que é necessário uma abordagem abrangente da complexidade das “novas crises” e que só a conjugação de esforços internos das várias instituições de um Estado e deste com os outros Estados amigos, nos permite fazer uma leitura mais rigorosa daquilo que é o “inesperado esperável”.

Neste sentido, o estabelecimento de um Sistema de Inteligência comum aos membros da CPLP para maior intercâmbio de informações e acções preventivas, é um instrumento que Timor-Leste acolhe com todo o entusiasmo.

Este aspecto conjugado com a criação de uma doutrina militar comum no âmbito da CPLP, de forma a harmonizar conceitos, tácticas e exercícios, para o emprego combinado das nossas Forças Armadas irmãs, podem contribuir para o desígnio que os nossos Povos partilham de participar em missões de paz que promovam a paz mundial.

Temos vindo a receber ofertas quer do Japão quer da Austrália neste sentido, de formação para as operações de paz, sobretudo na área da engenharia, mas privilegiamos naturalmente os países amigos de longa data, para capacitar as nossas Forças para as operações de manutenção da paz.

Este momento de profundas transformações que o nosso País está a atravessar, coincide com o objectivo de diminuir a presença das ISF (Forças militares Australianas e da Nova Zelândia), concebendo um plano equilibrado de retirada das ISF da nossa Nação. Simultaneamente, estamos também a efectuar a passagem gradual das competências da Polícia das Nações Unidas (UNPOL), que desde 2006 têm vindo a assumir as competências próprias da nossa PNTL.

Este mês iniciámos a transferência da responsabilidade executiva para a nossa polícia nacional, tendo sido já entregue o primeiro distrito à PNITL e vamos continuar este processo para concluir a total transferência até Fevereiro do próximo ano.

Caros amigos,

Peço desculpa por me ter alongado, mas enquanto País irmão mais jovem desta comunidade e, ditosamente, enquanto país que está finalmente a afastar-se irreversivelmente de uma situação de conflito, não quis deixar de partilhar convosco, os nossos tímidos mas firmes progressos.

Ainda temos um longo caminho a percorrer. Mas, repito-o, não o vamos fazer sozinhos. Teremos certamente ao nosso lado os nossos verdadeiros amigos, aqueles que não cobram absolutamente nada por nos ajudar. Os amigos que tenho o prazer de encontrar aqui, nesta sala: os nossos amigos da CPLP!

Muito obrigado pela atenção.

Kay Rala Xanana Gusmão

27 de Maio de 2009